

# VARIAÇÃO E DICIONÁRIOS

René G. Strehler\*

## RESUMO

A variação é um fenômeno natural observável em qualquer língua, mas às vezes mal conceptualizada quanto a sua origem geográfica, social ou funcional. Dicionários precisam estabelecer critérios permitindo a descrição da variação. A esse propósito, a análise de algumas obras mostra que a lexicografia lusófona e a lexicografia francófona não adotaram critérios semelhantes em todos os pontos, sendo a lexicografia diferencial uma peculiaridade da lexicografia francófona.

**Palavras-chave:** Lexicologia; Lexicografia; Lexicografia diferencial; Variação linguística.

## RÉSUMÉ

La variation est un phénomène propre à toute langue, mais parfois mal conceptualisée en ce qui concerne ses origines géographique, social ou fonctionnel. Pour élaborer des dictionnaires, il est nécessaire d'établir des critères qui permettent la description de la variation. À ce propos, l'analyse de quelques oeuvres semblables à tout point de vue, ainsi la lexicographie différentielle s'avère une particularité de la lexicographie lusophone et la lexicographie francophone n'ont pas adoptées des critères

---

\* Adaptação de uma palestra pronunciada na ocasião da 1ª SENFLE, UFPE, Recife, 18 de novembro de 2011. Agradecemos as professoras Joice Armani Galli e Simone Pires Barbosa Aubin que, nessa ocasião, trouxeram observações valiosas para o assunto aqui tratado.

graphie francophone.

**Mots-clés:** Lexicologie ; Lexicographie ; Lexicographie différentielle, Variation linguistique.

## ZUSAMMENFASSUNG

Die Variation ist ein Phänomen, das sich in allen Sprachen beobachten lässt, aber hie und da ist sie schlecht konzeptualisiert, vor allem, wenn es darum geht, ihren geografischen, sozialen oder funktionellen Ursprung zu behandeln. Diesbezüglich zeigt die Analyse einiger Wörterbücher, dass die Lexikografie portugiesischer Sprache und die Lexikografie französischer Sprache nicht in allen Punkten dieselben Kriterien adoptiert haben. Die differenzielle Lexikografie, zum Beispiel, ist eine Besonderheit der französischen Lexikografie.

**Schlüsselwörter:** Lexikologie; Lexikografie; Differenzielle lexikografie; Sprachvariation.

## Introdução

O título do presente artigo junta duas palavras usuais na área de linguística (*variação e dicionário*), mas nem sempre a relação entre as duas está claramente conceituada. Sendo assim, o objetivo do presente artigo é tornar mais inteligível como um dicionário trata a variação.

De início, é necessário situar a nossa posição teórica em relação à variação. De fato, se seguirmos Völker (2009), convém distinguir a *linguística variacional* (linguistique variationnelle) da *linguística variacionista* (linguistique variationniste). Mesmo se, nas duas linguísticas citadas, preocupações semelhantes podem ser notadas, consideramos que a linguística variacionista é uma área da sociolinguística com metodologias desenvolvidas na sociologia. O ponto de partida para estudar a variação é, nessas condições, o discurso, ou seja, a fala em termos de Saussure.

A linguística variacional, de seu lado, se situa numa tradição estruturalista que aceita que a língua não é homogênea. O enfoque aqui adotado é variacional, pois a reflexão se faz em relação ao sistema, que é a língua em termos de Saussure.

O segundo termo presente no título é *dicionário*. Estabelecer aqui uma tipologia pormenorizada de dicionários ultrapassaria o quadro fixado para o presente trabalho. Mencionamos apenas que, na reflexão a seguir,

- dá-se preferência a dicionários de língua, que representam os signos linguísticos de uma dada língua, em detrimento de dicionários enciclopédicos, que apresentam a realidade extralinguís-

tica pelo intermediário do signo linguístico,

- dá-se preferência aos dicionários monolíngues, que transmitem definições a propósito dos signos linguísticos, aos dicionários bilíngues, que propõem equivalentes.

Em resumo, as observações apresentadas se baseiam mais em dicionários como o *Petit Robert* (doravante PR, cf. REY-DEBOVE na bibliografia), o *Dicionário da língua portuguesa Houaiss* (doravante Houaiss, cf. HOUAISS na bibliografia) ou o *Deutsches Universalwörterbuch* (doravante DUW, cf. DUDENREDAKTION na bibliografia) do que em dicionários como os da editora Larousse, conhecida no Brasil como na Europa; embora, para vários aspectos, os dicionários aqui excluídos estão diante da mesma problemática. Assim não há obstáculos para referir-se igualmente ao *Grande Dicionário Sacconi* (doravante GDS, cf. SACCONI na bibliografia).

Nossa intenção é expor, na continuação, o que é a variação linguística e como os dicionários podem lidar com ela.

## 1. A variação

Com respeito à variação, cabe uma observação a propósito de Wartburg. Esse autor se contenta em constatar, na sua *Évolution et structure de la langue française*<sup>26</sup>, a passagem de uma estratificação horizontal para uma estratificação vertical. Ele ilustra essas conceptualizações com a situação linguística francesa da Idade Média. Naquela época, o camponês e o nobre de Dijon, por exemplo, podiam entender-se, embora tivessem sérias dificuldades para falar com um camponês ou um nobre de Lille. Com os séculos, a situação mudou. O nobre do século XVII de Dijon podia falar com o nobre de Lille, mas ambos teriam dificuldades em comunicar-se com o camponês de sua região; ou seja, agora se constata uma estratificação vertical e a língua da aristocracia se tornou o francês padrão. Esse processo de ‘francisação’ levou séculos e se hoje em dia o francês padrão, para recorrer a um truísmo, está presente em toda a francofonia, a realidade social se tornou mais complexa, a tal ponto que a variação pode ser vista de muitas maneiras. Assim, o linguista quebequense Jean-Claude Boulanger (2005), ao tratar as marcas de uso, menciona treze famílias de marcas que não são mutuamente excludentes; ou seja, uma marca como *anglic.* (anglicismo) pode ser considerada como diaintegrativa, pois ela serve para indicar que um dado lexema provém da língua inglesa, mas também como dianormativa, já que *anglic.* não indica apenas a origem do lexema, mas também que é, numa perspectiva purista, um empréstimo criticável; os lexemas assimilados seriam marcados *mot anglais* (palavra inglesa).

A variação, inerente a qualquer língua, pode ser interpretada pelo falante de várias maneiras. Assim, um linguista pode considerar um dado fenômeno apenas como um exemplo de variação geográfica, enquanto um falante pode interpretar um mesmo fenômeno como um desvio da norma. Na continuação

---

<sup>26</sup> Berne, Éditions A. Francke (1ª edição 1946).

e com a preocupação de diminuir tanto quanto possível a superposição de tipos de variações, conceptualiza-se apenas quatro tipos variações:

- a variação geográfica ou diatópica,
- a variação no tempo ou diacrónica,
- a variação socioprofissional ou diastrática,
- a variação funcional ou diafásica.

A variação pode, evidentemente, ser observada nas diferentes áreas da língua: na fonética/fonologia, na sintaxe e no léxico. Preocupa-nos esse último.

## 1.1 A variação diatópica

Considera-se aqui a variação diatópica como a base para os outros tipos de variação, pois ela implica certo consenso social. Em termos diacrónicos podemos dizer que o português, o espanhol e o francês, entre outros idiomas, são dialetos do latim. Passando a uma perspectiva sincrónica, a distinção entre dialetos e línguas se torna mais social, cultural, e mesmo política. Considerar o holandês e alemão como duas línguas ou como duas variantes da mesma língua é uma decisão político-cultural, como aquela que separa o português e o espanhol. Para ilustrar a questão do consenso social, é útil um comentário a propósito da extensão geográfica do francês e do português. Se os quebequenses ou os brasileiros decidem que o idioma falado por eles não é mais o francês ou o português, não haverá mais razão para ilustrar a variação diatópica com variantes do Quebec e da França, ou do Brasil e de Portugal, respectivamente. A diferença entre o francês e o português reside no fato de que essa primeira língua é um dialeto primário do latim (COSERIU, 1981), enquanto o português pode ser considerado como um dialeto secundário no sentido de que entre o latim e o português situa-se o galego. Nota-se que as fronteiras políticas não seguem obrigatoriamente as fronteiras linguísticas. Para o francês como para o português esse fato já implica a existência de ‘estatalismos’, lexemas que exprimem realidades específicas a uma entidade política. Um *cantão* não recobre a mesma realidade político-administrativa na Suíça e na França, a *prefeitura* brasileira serve ao poder executivo eleito de um município, enquanto na França serve, num departamento, ao representante nomeado do poder central. Sem entrar em divisões políticas estabelecidas numa comunidade linguística, a extensão geográfica já é uma razão suficiente para chegar a variações diatópicas.

Para a língua portuguesa, observamos que *xícara* é a lexia usual no Brasil para designar um “pequeno recipiente usado para bebidas quentes, com asa para facilitar a manipulação” (HOUAISS, 2009), enquanto os portugueses preferem *chávena*. De maneira parecida, os portugueses nomeiam *berbequim* a ferramenta que se chama, no Brasil, *furadeira*. A variação geográfica é mais delicada a propósito de um

mesmo significante que não recobre os mesmos significados segundo as regiões contempladas. Nesse caso, se os falantes não têm consciência de recorrerem a um regionalismo e que o contexto de comunicação não permite inferir a incongruência semântica, pode haver desentendimento entre os interlocutores. Nota-se a esse propósito que as acepções “responsável por uma praia” e “salva-vidas que dá assistência aos banhistas” (Dicionário da língua portuguesa, doravante DLP, cf. Anônimo na bibliografia), usuais em Portugal, são pouco conhecidas no Brasil, onde predominam as acepções “local público ou privado, equipado com vaso sanitário; toailete, sanitário” e “cômodo da casa onde se acham instalados a banheira e/ou o chuveiro, vaso sanitário, pia e, às vezes, bidê” (HOUAISS,2009).

Em lexicografia, a delimitação de um nível estilisticamente não marcado, em relação à variação diatópica, depende estreitamente da área linguística selecionada como referência de descrição (cf. abaixo). Em todos os casos, para línguas como o francês e o português, os dicionários deveriam fazer a distinção entre lexias que designam realidades extralinguísticas típicas de regiões (a flora e a fauna do Brasil e do Canadá contêm *realia* inexistentes na Europa) e lexias que provêm de uma evolução divergente do sistema nas Américas ou na Europa, por exemplo.

## 1.2 A variação diacrónica

Quanto à variação diacrónica, ela, de certo modo, se superpõe à variação diatópica. Certos usos linguísticos podem envelhecer em uma região, mas não em outra. De maneira parecida, uma inovação local pode se respaldar, sem atingir todas as regiões de uma área linguística. Um exemplo desse fato é a denominação das refeições usuais em francês. Os parisianismos *petit-déjeuner*, *déjeuner* e *dîner* não se divulgaram na francofonia inteira, a tal ponto que, para os canadenses e suíços a divisão usual continua a ser *déjeuner*, *dîner* e *souper*, ligando assim a variação diacrónica à variação diatópica. Enquanto a oposição *café da manhã/pequeno almoço*, observável em português, se explica com a influência do francês que se manifestava mais fortemente em Portugal onde se emprega o decalque *pequeno almoço*. No léxico, as mudanças deixam facilmente de ser observadas no interior mesmo de uma geração, por causa da civilização material que também muda, por exemplo. Para ser correto, convém distinguir lexias que designam realidades históricas, como *palefroi* (cavalo de parada, em oposição a *destier*, cavalo de batalha) ou *montgolfière* (balão de ar quente), por exemplo, de outras lexias que envelhecem em face de outras unidades concorrentes. Assim, em pouco tempo *avion* substituiu *aéroplane*, pois o primeiro data, segundo o PR, de 1875, enquanto o segundo data de 1855 e já recebe as marcas de uso ‘vx’ (vx = ‘vieux’, ‘envelhecido’) e ‘plaisant’ (‘jocoso’). Ademais notamos que a língua portuguesa tomou emprestado as duas palavras do francês; do primeiro termo, segundo Houaiss, tem atestação desde 1899 e do segundo, desde 1913. Uma lexia pode igualmente mudar em relação às conotações, nesse caso a variação diacrónica está em relação com a variação diastrática.

Em tese, é possível fixar um nível estilisticamente não marcado entre os arcaísmos e os neologismos. Os arcaísmos seriam as lexias que saíram do uso, assim lexias designando realidades históricas

não são arcaísmos. *Decúria*, por exemplo, não é um arcaísmo, mas uma lexia designando uma realidade histórica. Do lado da neologia a situação é mais delicada e fatores extralinguísticos podem se manifestar de maneira aguda. Assim, se um neologismo corresponde a um empréstimo da língua inglesa, há mais facilmente reações de recusa do que no caso de um empréstimo de outra língua latina. Sem entrar na problemática de saber a partir de que momento um xenismo não é mais um xenismo, existe sempre outra questão: durante quanto tempo um neologismo pode ser considerado como tal? Sem dúvida não há uma resposta única, em certas áreas de ciência e tecnologia, um neologismo pode se impor em pouco tempo, enquanto na língua comum, às vezes, uma lexia, ou uma acepção nova, podem demorar para não ser mais consideradas como neologismos. Existem igualmente casos em que uma lexia parece recém-chegada na língua, apesar de já estar presente nela há décadas e décadas. Assim as notícias sobre a catástrofe natural de 2004, provocada por um terremoto submarino no oceano Índico, respaldaram a palavra *tsunami*; ora, fazendo confiança aos dicionários, deve-se notar que a referida palavra está atestada em português desde 1897 (Houaiss) e em francês desde 1915 (PR).

### 1.3 A variação diastrática

Entende-se aqui, sob a denominação variação diastrática aquela que implica uma ligação bastante estreita com meios sociais. Essa observação, no entanto perigosamente imprecisa, permite entender porque existem trabalhos que falam de oito ou mais tipos de variação observáveis (BOULANGER, 1995). Exemplificando do que se trata, o fenômeno se torna compreensível e, na medida em que se estabelecem mais tipologias de variação, aumenta a possibilidade de inserir um fato concreto em mais de uma categoria. Assim, uma lexia classificada ‘pop.’ (popular) pode entrar ao mesmo tempo nas categorias eventuais de variação dianormativa e diafásica.

O pressuposto teórico aqui adotado estipula que, no interior do léxico<sup>27</sup>, existem subconjuntos que se estabelecem em função de seu emprego em meios sociais peculiares. Muitas lexias, como *casa* ou *rua*, por exemplo, não denotam nenhum meio social peculiar, elas fazem parte do que chamamos a língua comum; em relação à variação diastrática, essa parte do léxico constitui o nível estilisticamente não marcado. Ao lado desse léxico, existem terminologias específicas nas várias áreas do saber humano. Segundo a área e a evolução social, os termos de uma língua de especialidade podem entrar ou não na língua comum. Um médico não emprega a mesma terminologia ao falar com um paciente ou com um colega; muitos termos da informática, há pouco tempo, eram reservados aos especialistas da referida área, hoje em dia, todo mundo, ou quase, sabe o que é um *pen drive* ou um *pixel*. Lembramos ainda que as gírias (les argots) estão igualmente ligadas a meios sociais, como, entre outros, aos alunos em geral ou aos soldados do exército colonial francês, que importaram *toubib*, *bled* e outras palavras. Além disso, as gírias podem concorrer termos normalizados em línguas de especialidades, *biscoito* em vez de *junta de descarga* na mecânica, por exemplo (STREHLER, 1995). A marca ‘pop.’ permite ilustrar uma pri-

---

27 ‘Léxico’ entendido como o conjunto de todos os lexemas de uma língua, i.e. do sistema.

meira relação problemática entre variação e lexicografia. Os dicionários *Robert* atribuem ‘pop.’ a lexias ou acepções que se empregam “em meios populares, [...] mas não em meios sociais elevados” (lista de abreviações do *Petit Robert* 2007 versão eletrônica).

Com esse entendimento, podemos perguntar-nos se estamos diante da variação diastrática ou diante da variação diafásica. Se a variação é diastrática, estamos em presença da curiosidade de que a classe popular se vê gratificada de uma marca de uso específica, enquanto a aristocracia ou a burguesia não veem suas peculiaridades linguísticas consagradas por marcas próprias. Esse fato se explica, ao menos para o francês da França, pela história da língua: o francês padrão foi elaborado sobre o uso da corte do século XVII, portanto sobre o francês da aristocracia, modelo imitado pela burguesia; o francês popular seria, desse jeito, o francês das novas camadas urbanas aparecidas com a revolução industrial, essencialmente no século XIX. Já a lexicografia quebequense tem problemas com o emprego da referida marca de uso (pop.), porque as ditas camadas populares apareceram no Canadá em épocas e condições socioculturais diferentes. Os dicionários de língua portuguesa se servem em geral da marca de uso ‘pop’ ou ‘popularismo’, mas são bastante discretos a propósito do significado da referida marca. Assim, é popular o que é “usado ou frequente entre o povo” (DLP), “que vem do grosso da população” (GDS) ou que é ainda “usual entre o povo” (Aurélio). Supomos que ‘povo’, na visão dos lexicógrafos, evoque a parte da população que não adquiriu uma educação formal profunda, sem que haja uma circunscrição mais precisa de uma dada população, urbana ou rural, por exemplo. Apenas o Houaiss procede a uma caracterização das marcas de uso que servem para tratar a variação linguística. Esse dicionário faz a distinção entre *linguagem formal* e *linguagem informal* e no interior dessa última se situam os *popularismos* (ou *coloquialismos*) e os *plebeismos*. Tal como esse dicionário distingue os dois, em função do contexto de comunicação e da percepção pelos interlocutores (o plebeísmo é ‘grosseiro, vulgar, trivial’ na visão culta), a natureza da variação caracterizada ‘pop’ nos dicionários brasileiros é mais claramente diafásica que a francesa que se pode caracterizar como diastrática, ao menos nos dicionários *Robert*.

#### 1.4 A variação diafásica

A variação diafásica corresponde, no recorte aqui adotado, àquela variação que, com certa facilidade, permite julgamentos estilísticos. Assim, o emprego do francês *toubib* (médico) implica da parte do falante servir-se de um registro estilístico de menor grau de formalidade, enquanto o emprego da lexia *médecin* corresponde a um uso estilisticamente não marcado. Já recorrer a *airain*, em vez de *cloche* (sino), significa empregar uma unidade de conotação literária ou poética. Para distinguir, em termos comunicativos, ‘familiar’, ‘popular’ e ‘vulgar/chulo’, podemos alegar que ‘familiar’ corresponde a um uso não formal, tanto na escrita como na oralidade, e que seu uso não choca o interlocutor, independente das suas origens sociais; ‘popular’, por seu lado, caracteriza usos linguísticos não normativos das populações urbanas aparecidas com a industrialização e com o êxodo rural, ao menos na conceptualização da lexicografia francesa, como se viu precedentemente; ‘vulgar’, para terminar, seria o fato linguístico que possa chocar qualquer interlocutor, independente da sua origem social. A lexicografia francesa reserva essa última classificação geralmente a lexias que dizem respeito à sexualidade e às necessidades fisiológicas.

Na lexicografia portuguesa a marca ‘vulgar’ desaparece no sentido aqui em questão para deixar lugar a ‘tabuismo’, empregado no dicionário Houaiss, ‘chulo’ empregado no Aurélio e no GDS e ‘cal.’, calão, no DLP. Esse último dicionário recorre igualmente à marca ‘vulg.’, vulgar, sem que se veja claramente a diferença entre ‘vulgar’ e ‘calão’, sendo esse último talvez mais perto de ‘popular’.

O problema dessa variação é que dificilmente ela se deixa sistematizar numa descrição do léxico. *Olvido*, segundo o Houaiss, é ‘formal’, enquanto o Aurélio marca apenas a acepção “Adormecimento, descanso, repouso” como ‘poética’, já o GDS não atribui nenhuma marca a essa lexia. A palavra *copain* (amigo, companheiro) a princípio implica um registro informal, os dicionários franceses e quebequenses a classificam como ‘familiar’. No entanto, segundo informações orais, bastante quebequenses recorrem a essa lexia quando querem ‘falar bem o francês, como os parisienses’. Sem entrar no mérito dessa afirmação, a saber, se *copain* é realmente formal no francês do Québec, podemos constatar a problemática da variação; constatá-la é a parte fácil da tarefa, mais difícil é interpretá-la, porque não se tem nenhuma garantia que um fenômeno linguístico seja interpretado da mesma maneira por todos os falantes de um idioma. O brasileiro como o português conhecem as duas variantes para exprimir o progressivo: *estou a fazer e estou fazendo*. A versão rara, talvez bastante formal, de um corresponde à versão corriqueira do outro. Ademais, a consulta dos dicionários mostra que os lexicógrafos nem sempre têm uma noção clara a propósito desse tipo de variação; cabe repetir que poucas obras definem com precisão o que é vulgar, o que é chulo, o que é popular ou o que é literário ou poético.

\*

Com essa última reflexão, chega-se a aspectos pertinentes para a descrição do léxico de uma língua. De fato, uma primeira pergunta possível é: “Que ou qual língua um dicionário descreve?”.

## 2. Os dicionários e a variação

Para responder a essa pergunta, verificamos como é possível conceptualizar a língua quanto à sua extensão geográfica. Para poder falar de UMA língua, precisamos de duas balizas:

- A **extensão máxima da língua**. Em termos geográficos isso significa para o francês a França, o Québec, a Suíça e etc. Para o português: Angola, Brasil, Portugal e etc.
- Uma **variante do idioma ‘comum a todos’**. De fato, se os falantes de diferentes países ou regiões não compartilhassem uma base linguística comum, talvez não pudessemos postular que eles falem a mesma língua.

Segundo o caso examinado, essa base pode ser bastante estreita; o autor dessas linhas, às vezes, tem dificuldades para entender o português de Portugal; certas variantes do francês do Québec, como o

‘*joual*’ são incompreensíveis para o francês; o alemão é uma das línguas oficiais da Suíça, mas os dialetos corriqueiramente empregados pelos suíços são incompreensíveis para a maioria dos alemães. Essa base comum se constrói sem dúvida mais sobre fatores socioculturais que sobre fatores linguísticos estritamente ditos.

Se considerarmos um dado país como um quadro de referência possível para uma língua, o Brasil, por exemplo, notamos ainda a presença de regionalismos. *Babeco*, que significa “habitante do campo, matuto”, é um regionalismo da Paraíba, segundo o dicionário. *Imperdable* para *épingle de sûreté* (alfinete de segurança) é frequente apenas em algumas partes da Suíça romanda.

Os poucos exemplos citados mostram que, segundo a delimitação geográfica que fornece o quadro de descrição, uma lexia pode aparecer no dicionário, ou estar excluída. Um dicionário que trata estritamente o português de Portugal não vai conter a lexia *babeco*, de fato, ausente no DLP; do mesmo modo que um dicionário que se limita ao francês da França não teria *imperdable* na sua nomenclatura. Os dicionários consultados mostram a existência de várias delimitações geográficas possíveis.

Uma primeira opção seria, talvez, descrever apenas a variante comum a todos os locutores de uma dada fonia. Essa solução pode parecer interessante, pois dessa forma ter-se-ia a base comum para o francês ou para o português, por exemplo. Mas a solução é pouco satisfatória, pois certos regionalismos são de uso muito frequente; mas, o que é um regionalismo nessa perspectiva? *Tabac*, no sentido de ‘*bureau de tabac*’, local onde se vendem cigarros/, é, na perspectiva quebequense, um francismo, típico do francês da França, e seria, nesse sentido, um regionalismo; como *foen* (secador de cabelo), *sèche-cheveux* em francês padrão, que é um regionalismo na França, mas não na Suíça francófona. No entanto, o *Petit Robert*, sob certos aspectos entra nessa categoria, ao postular no seu Prefácio que ele represente “o francês geral, o francês comum ao conjunto da francofonia” (p XVI). Mas em seguida afirma que descreve “fundamentalmente uma norma francesa da França”, que não excluiria a existência de outras variedades de bom uso. Nesse contexto, preferimos considerar o *Petit Robert* como um dicionário de terceira categoria, tratada mais adiante. Observações parecidas se aplicam ao *Multidictionnaire de la langue française* que pretende tratar o núcleo do francês comum e que consagra bastante espaço ao uso do Quebec, de onde ele vem. Para o português observações parecidas se impõem. Um dicionário que se limitaria ao português “comum a todos” seria insatisfatório para os brasileiros e para os portugueses. Os primeiros, por exemplo, não encontrariam *prefeito* no seu sentido usual, /chefe do poder executivo municipal/, e os segundos não encontrariam seu *res de chão* que se conhece no Brasil como *térreo*.

Para fugir à problemática precedentemente descrita, os lexicógrafos podem recorrer à segunda solução: descrever a língua na sua extensão máxima e marcar a variação em relação a essa extensão. É o que se observa nos dicionários brasileiros *Aurélio* e *Houaiss*, por exemplo, que recorrem a marcas de uso como “Regionalismo: Brasil”, “Regionalismo: Portugal” no caso do Houaiss, ou “Brasileirismo” e “Lusitanismo” para o Aurélio. Dado que a elaboração de um dicionário não é apenas um problema linguístico, mas também pecuniário, deve-se posar a seguinte pergunta: Como obter os meios para elaborar uma descrição aprofundada do léxico em uso tanto no Brasil como em Portugal? Obter esses meios talvez seja excepcional, e conhecemos poucos dicionários, além dos já citados, que seguem esse modelo. Citamos

apenas o DUW. Contrariamente ao português, ou ao francês, para o alemão temos uma continuidade territorial que facilita esse tipo de descrição, ainda mais quando há uma tradição de colaboração acadêmica na área.

Nos outros casos, prevalece atualmente uma terceira solução, que reside na fixação de um país como quadro de descrição. Os dicionários escolares do Brasil, mas também o GDS, se limitam à descrição do português do Brasil, sendo o uso de Portugal um mero complemento. Do outro lado do Atlântico, observam-se escolhas metodológicas semelhantes, por exemplo com os dicionários da Porto Editora. Na brevíssima “Nota da Editora” do DLP, edição de 2011, lê-se que “Esta nova edição contempla exclusivamente a variedade europeia do português”. Essa praxe corresponde ao que se observa igualmente nos dicionários da França, das editoras Larousse ou Robert, por exemplo. Esse último se fixa como quadro de referência o uso da França e trata a variação a partir dessa perspectiva. Essa opção funciona bastante bem com os regionalismos da França; já um regionalismo em relação ao francês do Canadá ou da Suíça, por exemplo, salvo exceções, não faz parte da nomenclatura do *Petit Robert*. Todavia, desde os anos 60 e 70 do século passado, a presença de lexias ocorridas fora da França aumenta na nomenclatura dos dicionários franceses. Para esse fim, o *Petit Robert* colabora com centros acadêmicos de outros países que, eles, indicam os ‘bons’ belgicismos ou helvetismos, para citar apenas essas duas possibilidades.

Um quarto tipo de metodologia se observa com a lexicografia diferencial. Ela é, por enquanto, empregada apenas na área francófona, segundo as nossas informações. Para explicar suas bases teóricas e metodológicas, é preciso apresentar primeiramente o *Trésor de la langue française* (TLF). Essa obra é um dicionário de língua dividida em 16 volumes; o primeiro foi publicado em 1971 e o último em 1994. Inicialmente o dicionário foi elaborado sob a direção de Paul Imbs e, no fim dos anos 70, o lexicógrafo Bernard Quemada garantiu a continuação. O corpus foi constituído essencialmente com textos de predominância literária do século XIX e da primeira metade do século XX. O TLF é uma obra pioneira da lexicografia informatizada e não existe outro dicionário francês de volume e precisão comparáveis; mas a descrição dos níveis marcados e não marcados reflete o uso da França. Contrariamente a outras línguas europeias divulgadas com a história colonial, a França continua a ser o país francófono com o maior peso demográfico, 60 milhões de franceses em face de 7,5 milhões de quebequenses. Para o português e o espanhol, por exemplo, o peso demográfico está intervertido, há 190 milhões de brasileiros e apenas 11 milhões de portugueses; a Espanha conta 46 milhões de habitante em face de 112 milhões de mexicanos. Se a França tivesse apenas 11 milhões de habitante e o Quebec 190 milhões, esse último talvez pudesse lançar uma empresa parecida ao TLF, no entanto centrada no uso próprio. Na situação dada, a lexicografia francófona, suíça e quebequense, por exemplo, procedeu a uma reformulação: o TLF, com a sua descrição monumental, fornece o ‘francês de referência’. O qualificativo ‘de referência’ é importante no caso da lexicografia diferencial, pois se parte do princípio que possa haver normas regionais e que o TLF não fornece uma norma internacional, mas descreve a língua tendo como plano de fundo a norma francesa (cf. a esse propósito Poirier 2005). Desse modo, a lexicologia diferencial constitui, em um primeiro tempo, um corpus adequado à região a ser descrita. No corpus que serve para o *Trésor de la langue française au Québec* (TLF-Q) há apenas textos oriundos do Quebec, no corpus que serviu à elaboração do *Dictionnaire suisse romand* (DSR) há apenas textos suíços. Numa segunda fase, os lexicógrafos se

servem do TLF para mediar diferenças eventuais entre lexias presentes no corpus e no TLF. Se não há nenhuma diferença, a lexia não é pertinente para a descrição do francês da região em questão; se há diferença, essa deve ser interpretada à luz do uso linguístico da região descrita e não em função da avaliação adotada pelo TLF. Por exemplo, o TLF observa a propósito de *nonante*: “*envelhecido* ou *regionalismo* (notadamente Bélgica, Suíça)”, enquanto o DSR faz um balanço linguístico em função da realidade social suíça: “emprego por vez criticado, por vez tolerado e valorizado”.

### 3. Ilustração

Depois desses comentários teóricos e metodológicos, convém passar a algumas explicações práticas que devem ilustrar como os conceitos teóricos a propósito da variação se manifestam na prática. Vejamos um primeiro artigo de dicionário, extraído do *Dictionnaire québécois d'aujourd'hui* (doravante DQA, cf. BOULANGER, 1992), que é a vertente canadense do *Dictionnaire du français d'aujourd'hui*, ambos da casa Robert. A organização do verbete segue os padrões usuais dessa casa.

*football* [futbal] n. m. Mot angl. **1.** Sport opposant deux équipes de onze (football américain) ou de douze joueurs (football canadien), où des points sont marqués lorsqu'un joueur traverse la ligne des buts adverses en portant un ballon ovale (=> **touché**) ou lorsque le ballon est botté au-dessus de la barre transversale des poteaux des buts (=> **placement, transformation**). *Match, terrain de football. Le football collégial.* **2. (France)** Sport opposant deux équipes de onze joueurs, où il faut faire pénétrer un ballon rond dans les buts adverses sans utiliser les mains. => mot angl. **soccer**. *Équipe de football composée d'avants, de demis, d'arrières et d'un gardien de but.* — Abrév. fam. **foot**. *Jouer au foot.* — **REM.** En France, le mot *football* est prononcé [futbɔ(o)] ► *footballeur; euse* n. ■ Joueur(euse) de football. (DQA, 1992)

Para essa obra, os lexicógrafos se propuseram descrever o francês a partir do uso do Québec. Na época a sociedade civil quebequense não aceitava essa perspectiva, de medo de não falar um bom francês. O resultado desse medo era que as autoridades escolares do Québec não agregaram o dicionário ao ensino oficial, retirando-lhe, assim, sua base econômica. Notamos a presença de certo número de marcas de uso, ou rótulos, ou rubricas, termos igualmente observados na lexicografia brasileira. A primeira marca, ‘Mot anglais’ (palavra inglesa), se opõe, na lexicografia francesa, à marca ‘anglicisme’ (anglicismo). Atribuindo a marca ‘mot anglais’ a uma lexia, o dicionário considera a referida lexia como assimilada na língua; enquanto ‘anglicismo’ serve para caracterizar lexias abusivamente introduzidas na língua, ao menos numa perspectiva purista, pois há equivalente francês, como *logiciel* face ao equivalente *software* considerado um anglicismo. A marca de uso (*France*) introduz a segunda acepção da lexia *football*, usual também no Brasil, mas não no Canadá, onde se prefere a palavra *soccer* para falar do nosso futebol. A primeira acepção, que descreve o futebol americano/canadense, praticado com uma bola oval, mostra a importância do quadro de descrição adotado; pois o dicionário descreve o uso do Québec, e isso sem recorrer a uma marca diatópica. Além desse fato, a observação “En France, le mot *football* est prononcé [futbol]” mostra que o dicionário assume igualmente a existência de normas regionais a propósito da

pronúncia. O *Petit Robert*, edição de 1991, trata a lexia *football* da seguinte maneira:

**FOOTBALL [futbol]**. *n. m.* (v. 1890; en 1698 dans un récit de voyage ; mot angl. « balle au pied », jeu réglé en 1863 ♦ 1° Vx. *Football rugby* (=> **rugby**), *football association* (ou *association\**) : sports de ballon en équipe. ♦ 2° Mod. Sport d'équipe (d'abord appelé *football-association*) qui se pratique avec des équipes de onze joueurs, où l'usage des mains est interdit, sauf aux gardiens de but, et où il faut faire pénétrer un ballon rond dans les buts adverses. *Équipe de football composée d'avants, de demis, d'arrières et d'un gardien (de but) ou goal. Club, coupe, championnat, terrain de football. Match de football (V. Arbitre ; attaque, but, cornes mi-temps, prolongation ; descente, franc (coup), hors-jeu, passe, penalty, réparation, shoot, tête, touche, volée ; bloquer, dégager, démarquer (se), dribbler, feinter, intercepter, marquer, plonger, shooter)*. Abrév. fam. *Foot* [fut]. *Jouer au foot*. ♦ *Football de table*. V. **Baby-foot**. (PR, 1991).

Uma primeira diferença com o dicionário precedente se explica com o volume das respectivas obras. O *Petit Robert*, sendo maior que o DQA, consagra mais espaço a informações diacrônicas da língua. Esse fato explica a presença de duas marcas tratando a diacronia; primeiramente *vx.*, *vieux* (envelhecido), no sentido de antiquado; ou seja, a unidade, palavra ou aceção assim marcada, não se emprega mais, num francês contemporâneo, como se vê com o sentido de /futebol rugby/ no verbete em questão. Depois há ainda a presença de *Mod.*, moderno. Essa marca indica ao consulente que a aceção assim caracterizada é aquela que corresponde ao uso corriqueiro da língua contemporânea. A definição que segue essa marca corresponde àquela que recebeu, no dicionário precedente, a marca de uso diatópica (*France*); ou seja, no *Petit Robert* a referência para a descrição da língua é a França, como se nota também com a transcrição fonética [futbol], e não [futbal] como no DQA. Os dois dicionários, do Québec e da França, concordam que a abreviatura *Foot* é familiar, daí a marca *fam*. Quando a divergência linguística está intimamente ligada à realidade extralinguística de um país ou de uma região, o *Petit Robert* recorre frequentemente ao artifício de iniciar a definição com, por exemplo, “*Na América do Norte*”, sintagma que introduz nas versões mais recentes do *Petit Robert* a aceção usual de futebol, não marcada no DQA: “*En Amérique du Nord, Sport opposant deux équipes de onze (football américain) ou douze joueurs (football canadien) qui doivent porter un ballon ovale jusqu'à une zone adverse en bout de terrain*” (PR, 2007).

Lançando mão da palavra portuguesa *prefeito*, pode-se observar como os verbetes dos dicionários podem variar em função da língua descrita e do público-alvo. Ao olhar o primeiro verbete, extraído do Houaiss,

**prefeito** *s.m.* (sXIV) **1** HIST administrador de prefeitura, no Império Romano **2** superior de convento **3** *obsl.* funcionário de colégio encarregado de vigiar os estudantes **4** dirigente de departamento ('subdivisão territorial administrativa'), na França **5** *B* chefe do Poder Executivo nas municipalidades □ ETIM lat. *praefectus, i* 'governador, administrador, chefe'. (HOUAISS, 2009).

observa-se que as aceções 1 e 3 recebem marcas de uso diacrônicas. *HIST*, história, apenas indica que

a acepção assim caracterizada descreve uma realidade de outros tempos; o Império Romano não existe mais, mas continua sendo uma referência cultural para os falantes contemporâneos instruídos. Já *obsl.*, obsoleto, é nitidamente uma observação a propósito da acepção. O dicionário Houaiss caracteriza com a referida marca *lexias* ou acepções saídos do uso corriqueiro não antes do século XX. Comparando com o dicionário da Editora Porto, o DLP,

**prefeito** *nm* 1 chefe de uma prefeitura 2 governador de um departamento, em França 3 alto cargo eclesiástico no Vaticano 4 superior de certos conventos 5 No que preside ao estudo e orienta os estudantes, num colégio; vigilante 6 magistrado em alguns cantões da Suíça 7 [Brasil] presidente da câmara municipal, chefe do executivo municipal (Do lat. *Praefectu-*, “*chefe*”). (DLP, 2011).

averígua-se que ambas as obras apresentam *realia* que vêm de fora da comunidade lusófona: o prefeito francês e, só no dicionário de Portugal, o prefeito da Suíça e do Vaticano. A metodologia adotada é a mesma: inserir o país na definição como diferença específica. *B* no Houaiss e [Brasil] no DLP são marcas diatópicas, indicando um regionalismo, brasileirismo, no caso preciso. A presença dessa marca não tem o mesmo valor nos dois dicionários, pois no Houaiss as acepções sem marca de uso diatópica pertencem a um português supranacional; o que não é o caso com o DLP. Nesse último dicionário, uma palavra ou uma acepção sem marca diatópica pode pertencer ao português supranacional, mas pode igualmente ser um regionalismo de Portugal, dado que o referido dicionário tem como referência o português europeu. Desse modo, *banheiro*, no sentido de /salva-vidas/, recebe uma marca ‘Regionalismo Portugal’ no Houaiss, enquanto para o DLP essa unidade não recebe nenhuma marca, pertencendo assim ao nível descritivo não marcado. Os dois últimos artigos *prefeito* são extraídos do GDS e de um minidicionário brasileiro que se dirige aos alunos brasileiros das “duas últimas séries do 1º ciclo do Ensino Fundamental”:

**pre.fei.to** *s.m.(o)* Chefe do poder executivo de um município. ◊ Do latim *praefectus*, part. pass. de *praeficere* = pôr à frente de: *prae-* = antes + *facere* = fazer. → **prefeitoral** (*fei*) *adj.* (1. rel. a prefeito ou a prefeitura; 2. próprio de prefeito ou de prefeitura); **prefeitura** (*pre*) *s.f.* (1. sede administrativa de um município; 2. cargo de prefeito; 3. prédio onde funciona a administração municipal; 4. na antiga Roma, cada uma das quatro grandes divisões administrativas do império romano estabelecidas por Constantino). (GDS, 2010).

**pre.fei.to** *sm* Aquele que, por eleição, chefia o poder executivo municipal. (ROCHA, 2010).

Ambas as obras propõem tratar o português do Brasil. A consequência dessa escolha é que aparece apenas a acepção mais usual para o consulente. A marca de uso “Brasil” não se impõe, pois o português descrito é aquele em uso no Brasil e não a variedade europeia. Cabe ainda mencionar que, no caso do GDS, as informações a propósito de ‘prefeitoral’ e de ‘prefeitura’ são devidas apenas à escolha lexicográfica de reagrupar derivados em subverbetes.

A variação diafásica aparece na oposição *puta* – *prostituta* ou *pute* – *prostitué* em francês. Em português como em francês, a variante baixa se vê caracterizada com marcas de uso, indicando que as lexias fazem parte de um nível linguístico marcado, como se vê nos exemplos seguintes:

**pute** [pyt]. *n.f.* (déb. XIIIe; fém. subst. de l'a fr. *put* « mauvais, vil », 1080 ; lat. *puticus* « puant »). *Péj.* et *vulg.* **1.** Prostituée. **2.** Femme facile de moeurs dissolues. *Fils de pute*. **3.** *Adj.* Qui n'hésite pas à s'abaisser pour arriver à ses fins.

**prostitué, ée** [prɔstitɥe] *nom* (1596 n. f.; de prostituer) **A n.f.** **1** Femme qui se livre à la prostitution, en se donnant à quiconque la paie. [...] **2** *La prostituée de Babylone* : la Rome catholique, papiste (dans la polémique protestante). **B n.m.** (v. 1930) Homme se prostituant, le plus souvent à d'autres hommes. (PR, 2007).

**puta** *s.f.* (sXIII) *tab.* **1** m.q. **PROSTITUTA** **2** *pej.* qualquer mulher lúbrica que se entregue à libertinagem ■ *adj.2g.(2n.) B tab.* **3** termo que se emprega antepositivamente como hiperbolizante, no sentido de 'enorme, fantástico, excelente, sensacional' etc. <ganhou dois puta abraços> <deu uma puta festa de aniversário> <é um puta amigo> • GRAM/USO na acp. 3, a palavra não tem nenhum teor jocoso ou pejorativo e pode concordar em número ou não com o substantivo que qualifica • ETIM orig.contrv. • SIN/VAR ver sinonímia de meretriz • COL putada, putaria, putedo, puteiro.

**prostituta** *s.f.* (1841) mulher que exerce a prostituição • ETIM lat. *prostituta,ae* 'id.', fem. substv. do adj. *prostitutus,a,um* 'id.' • SIN/VAR ver sinonímia de meretriz • COL femeaço, femeceiro. (HOU-AISS, 2009).

O *Petit Robert* emprega as marcas de uso 'péj.', pejorativo, e 'vulg.', vulgar. A primeira marca indica que a acepção assim designada implica igualmente um julgamento negativo, depreciativo, a propósito de seu uso. A segunda marca informa ao consulente que o emprego da referida palavra pode chocar o interlocutor, qualquer que seja sua origem regional ou social, mas há de se acrescentar que, na edição de 1991, em vez da marca *Péj.*, havia a marca *Pop.*; ou seja, estamos diante de um caso em que os lexicógrafos estavam na dúvida a propósito da natureza da variação. Na mesma situação, o *Houaiss* recorre à observação 'tab.', tabuísmo, que, seguindo o referido dicionário, caracteriza "palavra, locução ou acepção tabus, consideradas chulas, grosseiras ou ofensivas demais na maioria dos contextos [...] palavras [...] disfemismos pesados [...] etc.". Portanto, nesse contexto estamos diante de lexias marcadas e o consulente deve encontrar uma variante não marcada se ele precisar, num contexto formal, exprimir a realidade em questão. Para remeter a essa variante não marcada, os dois dicionários recorrem à mesma estratégia: em vez de dar uma definição substancial, eles convidam a consultar o verbete *prostitué* ou *prostituta*. O *Houaiss* o faz de maneira mais explícita que o *Petit Robert*, servindo-se da abreviatura 'm. q.', mesmo que. Já o GDS marca a lexia *puta* como chula, sem remeter à variante não marcada.

A variação diafásica se deixa circunscrever com certa facilidade e sua marcação está ligada ao quadro de descrição adotado por um dado dicionário. Contudo, a língua sendo uma instituição social,

mesmo as variantes diatópicas podem sofrer avaliações diafásicas. Nos anos 80 do século passado, o linguista quebequense Pierre Auger submeteu uma lista de quebecismos a seus colegas para avaliar as lexias em termos variacionistas. O resultado permitiu entrever uma mudança social quanto à percepção da língua: para a maioria dos jovens, tratava-se apenas de quebecismos, ao passo que para os menos jovens, as mesmas palavras provocavam frequentemente um julgamento do tipo ‘popular’ ou ‘familiar’. Em outras palavras, constatar certo número de fatos é fácil, o problema aparece quando se trata de interpretar os referidos fatos. Os exemplos de *policeman* e de *acétate* mostram que os dicionários também divergem nos seus julgamentos respectivos. O *Multidictionnaire* é uma obra do Québec que reflete o uso da província do mesmo nome, mas apimentado com bastantes observações normativas, e o *TLF-Q* é um dicionário diferencial elaborado segundo os princípios precedentemente expostos. Mencionamos ainda que o *TLF-Q* pode ser consultado gratuitamente na Internet juntamente com outras bases diferenciais de qualidade. Se compararmos *acétate* nessas duas obras,

ACÉTATE n. m.

1. Sel de l'acide acétique.

2. Fibre artificielle. *Un chemisier en acétate.*

FORME FAUTIVE

\*acétate. Improprété au sens de *transparent*. Le diagramme a été produit sur un transparent (et non un \*acétate).

Attention au genre masculin de ce nom : **un** acétat. (MULTIDICIONNAIRE, 2003).

**acétate** (n. m. ou n. f.) [asetat] Pellicule de plastique transparent servant de support à un document (texte, graphique, dessin, etc.) destiné à être visionné au moyen d'un rétroprojecteur; document ainsi présenté.

*Dessiner, écrire avec un crayon feutre sur un acétate. Montrer, regarder un acétate. Utiliser des acétates dans un cours, une conférence.*

ORIGINE : Emprunt d'un sens à l'anglais américain.

HISTORIQUE : Depuis 1976; probablement d'après l'anglais américain *acetate* qui désigne de façon générale tous les produits de plastique à base d'acétate de cellulose, dont les films utilisés en photographie et en cinématographie (v. Webster 1986, et NYTDict 1982, s.v. acetic).

FRANÇAIS DE RÉFÉRENCE. Équivalent(s) : *transparent* (surtout dans la langue écrite au Québec).

(Adaptado do TLF-Q).

observamos que o *TLF-Q* trata apenas a acepção típica do Québec, sem dar os sentidos 1 e 2 do *Multidictionnaire*. A acepção em questão, “folha transparente para retroprojeter”, não recebe nenhuma marca diatópica, pois a base descreve exclusivamente os fatos típicos do Québec, e nem atribui uma marca de uso diafásica, apenas informa que o equivalente em francês de referência é *transparent*. Já o *Multidictionnaire* faz preceder a referida acepção da observação FORME FAUTIVE (forma errada) e de um asterisco redundante, pois serve também para indicar formas erradas. No caso preciso observa-se que duas obras lexicográficas do Québec têm uma avaliação divergente a propósito do mesmo fato linguístico; afinal, *acétate* no sentido de /transparente/ é aceitável ou não? *Policeman* mostra que em bastantes casos há divergência dos dois lados do Atlântico.

**\*policeman**

Anglicisme pour *policier* (MULTIDICIONNAIRE, 2003).

**policeman** [pølisman] n.m. (1834; mot anglais, de *police* et *man* « homme ») ■ Agent de police, en Grande-Bretagne et dans les pays britanniques. *Des policemen* ou *des policemen* [pølismen]. (PR, 2007).

Ainda uma vez, o *Multidictionnaire* do Québec parece conservador, dado que o *Petit Robert* da França considera a palavra como um ‘Mot anglais’, portanto assimilado, e o *Multidictionnaire* como ‘Anglicisme’, portanto um empréstimo indesejável. Aliás, estender o estudo das lexias inglesas na língua francesa mostraria que os quebequenses e os franceses não têm os mesmos anglicismos, assim como na Suíça há empréstimos germânicos desconhecidos na França (*stöcks*, *jass*, por exemplo).

\*

As observações concernentes ao *TLF-Q* impõem ainda uns comentários a propósito da lexicografia diferencial. Ao olhar as línguas europeias que, com a história colonial, se espalharam além do continente europeu, constata-se que, salvo no caso do francês, o peso demográfico dos falantes se deslocou para fora do país de origem. O México é o país com o maior número de hispanófonos e a metade da América do Sul fala igualmente essa língua, enquanto na Espanha há apenas uns 45 milhões de habitantes... hispanófonos? Para o inglês nota-se que o norte-americano Noah Webster teve a ambição de normalizar o inglês americano com o seu *American Dictionary of the English Language*, iniciado em 1807. Os 190 milhões de brasileiros não se preocupam muito em falar o português da mesma maneira que os apenas 11 milhões de portugueses. No caso do francês observa-se que o peso demográfico continua sendo favorável à França e, culturalmente, a francofonia não se explica da mesma maneira que o mundo anglófono ou lusófono, por exemplo. Os Estados-Unidos se emanciparam linguisticamente face aos ingleses, e os quebequenses estão preocupados em guardar o *bom* francês por estarem cercados de 300 milhões de anglófonos. Os brasileiros assumem uma norma culta brasileira, que diverge da norma culta de Portugal; já os suíços romandos historicamente se apoiaram sobre o prestígio cultural da França e do francês; se havia dominação político-militar, ela não provinha da França. A Suíça francesa seguiu o mesmo movimento de desdialetização, ou de francização, que a França, particularmente o norte, a tal ponto que se pode esquecer que Rousseau é suíço, ou, mais precisamente, genebrês. Sem dúvida, é nesse contexto que, no início dos anos 80, aparecia a lexicografia diferencial francesa nos moldes já explicados, e a *Base de données lexicographiques panfrancophone* (BDLP) já reúne 20 países e/ou regiões. Com a BDLP esse tipo de lexicografia saiu definitivamente do folclore ou da preocupação meramente normativa (“ne dites pas... mais dites” ou “nunca erra mais”). Seguem os países/regiões com o número de fichas consultáveis

Acádia (520); Argélia (1300); Antilhas (214); Bélgica (2120); Burundi (1152); Camarões (304); Centro-Africana, República (1325); Chade (1231); Congo Brazzaville (850); Costa de Marfim (226); França (202); Luisiana (898); Madagascar (264); Marrocos (854); Maurício, Ilha (254); Nova-Caledônia (693); Québec (3384); Reunião, Ilha (1581); Ruanda (586); Suíça (2602). (BDLP, dados de abril de 2012).

A propósito da França, cabe mencionar que o *Dictionnaire des régionalismes de France* (DRF), mil páginas, de Pierre Rézeau, infelizmente não está incorporado. Já as bases do Québec e da Suíça correspondem à implementação informática do TLF-Q e do DSR. A divisão da base por país e regiões comporta vantagens organizacionais evidentes, mas esconde igualmente alguns fatos: certas peculiaridades suíças se encontram também na Savoia francesa e peculiaridades africanas podem estar ligadas à história colonial belga e francesa e, para encontrá-las, há de saber se é a Bélgica ou a França seu antigo colonizador.

Segundo o lexicógrafo André Thibault (2008), a lexicografia diferencial faz parte da lexicografia científica e não da lexicografia ‘grande público’. Com essa afirmação o linguista não afirma que atrás do PR ou do Houaiss não haveria ciência; mas que esses dicionários foram concebidos para um público que busca definições ou outras informações linguísticas a propósito de uma lexia. O dicionário diferencial é científico no sentido de largamente apoiar suas afirmações com citações e informações históricas, por exemplo. Por essa razão, os verbetes desse tipo de dicionário são bem mais extensos do que aqueles dos dicionários de língua usuais. O exemplo que segue aqui foi extraído do DRF.

**BOURDELOT** n. m.

*Normandie* «**pomme ou poire enrobée de pâte et cuite au four**». *Synon. région, bourdon* (v. ci-dessous), *douillon\**, *rabote\**. — *Il [un boulanger de Caen] est l'un des rares à fabriquer des «bourdelots normands»* (E. Meurville & M. Creignou, *Le Guide des gourmands* 1991, 1990, 27).

1. Eugène flânait dans le jardin: «Les poires seront bientôt bonnes pour les **bourdelots** [*en note*: pommes ou poires enveloppées de pâte à pain, cuites dans le four et dorées au jaune d'œuf].» (S. Anne, *Victorine ou le Pain d'une vie*, 1985, 308.)
2. C'est sans doute le plus classique des desserts normands, et pourtant, on ne le trouve guère à la carte des restaurants... Le **bourdelot** est un apprêt de cuisine ancien, dont on trouve trace dans plusieurs régions voisines [...]. Outre le calvados, on peut additionner le sucre qui emplit le cœur de la pomme d'une pointe de cannelle. (D. et M. Lizambard, *La Grande Cuisine de Normandie*, 1990, 124.)
3. Les «douceries» normandes ne manquent point. Mais les folkloriques, vous ne les trouverez que rarement au restaurant. Un ami les énumérait sous le sigle B.D.T. (**bourdelot**, *douillon\**, *teurgoule\**). **Bourdelots** et *douillons* sont frères, mais le premier est aux pommes et le second aux poires. Du moins généralement [...]. L'important, à mon sens, est de servir **bourdelots** ou *douillons* bien dorés et chauds, avec de la crème fraîche et un coup de cidre bouché! (La Reynière, dans *Le Monde*, 28 septembre 1991, 27.)

V. encore s.v. *douillon*, ex. 1 et 3.

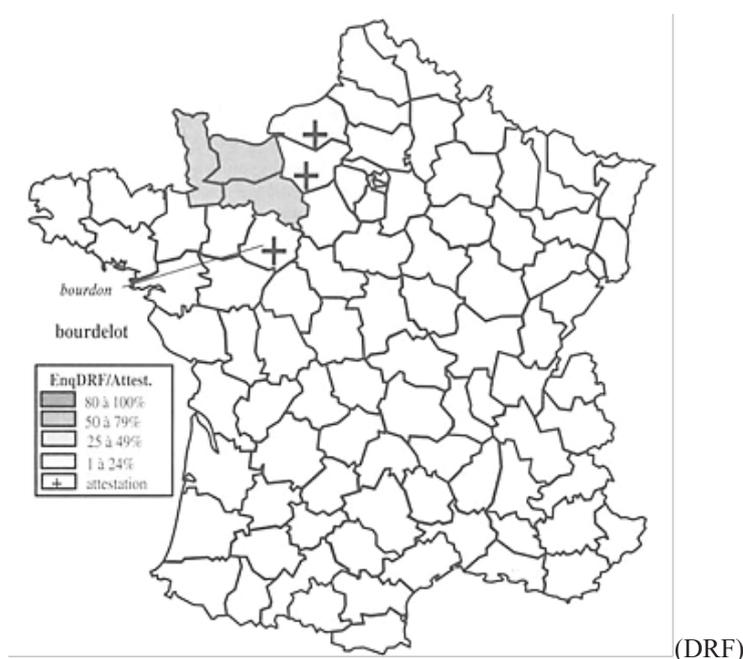
SYNON. 1. *Sarthe bourdon* n. m. «Tous les stands en alimentation: boudin, galettes\*, **bourdons**, etc... n'ont pas suffi pour satisfaire tout le monde» {*Le Maine libre*, 24 août 1999, 10}. - RLiR 42 (1978), 187. 2. *Hérault pompet* n.m. Voir *s.v. fougasse*, ex. 17.

**ENCYCLOP.** *Recette de «Bourdelots» dans L'Encyclopédie de la cuisine régionale. La Cuisine normande, 1980, 135.*

◆◆ Caractéristique du français de Normandie, ce terme est attesté dep. 1877 («*bourdelot* [...] *s.m.* Espèce de tourte aux pommes, gâteau dont il se fait une grande consommation dans plusieurs contrées de la Normandie et particulièrement dans l'arrondissement de Caen» LittréSuppl, dans HôflerRézArtCulin). Du patois normand (Duméril 1849), dér. sur *bourde* (de sens voisin, attesté fin 15<sup>e</sup> s. dans un texte à coloration normanno-picarde), avec le suffixe *-elot*. On notera que Littré considère le mot comme français, bien que la définition qu'il puise (en citant sa source) dans H. Moisy, *Noms de famille normands...*, 1875, 41, commence par ces mots «*Bourde, bourdin* et *bourdelot* servent en pat. norm. à désigner une... ». Non pris en compte par la lexicographie générale contemporaine.

◇◇ LepelleyBasseNorm 1989 ; BrasseurNorm 1990 ; LepelleyNormandie 1993 ; FEW 1, 441a, \*BORDA

ΔΔ **EnqDRF 1994-96.** Taux de reconnaissance : Basse-Normandie, 40%.



Para a obra em questão, trata-se de um verbete breve, pois alguns atingem três páginas ou mais. Para o verbete *bourdelot* nota-se, além da definição, a presença de citações bastante extensas, sinônimos de outras regiões, informações enciclopédicas, comentários introduzidos por dois losangos negros, referência bibliográfica introduzidas por dois losangos vazios e uma referência ao trabalho de investigação. A carta é um elemento que não aparece sistematicamente, quando presente, ela ilustra não só a extensão geográfica de *bourdelot*, ou do lexema em questão, mas mostra igualmente o grau de conhecimento da unidade numa região dada. No caso preciso, a ausência de um equivalente em francês padrão merece ser mencionada, pois sua inexistência pode gerar a possibilidade de a lexia se desregionalizar.

## Considerações finais

Para qualquer língua de tradição escrita, dicionários sempre são uma redução em relação à dimensão verdadeira da língua. Notamos a existência de certos parâmetros que condicionam a natureza de um dado dicionário.

No caso do português, os dicionários Aurélio e Houaiss descrevem uma língua supranacional, enquanto o DLP e o GDS consideram como quadro de referência o português europeu e brasileiro, respectivamente. Essas escolhas condicionam diretamente a nomenclatura dos dicionários e o sistema das marcas de uso diatópicas empregadas. Se o DUW segue o mesmo modelo descritivo que Aurélio e Houaiss, já a lexicografia francesa segue outro modelo: os dicionários provindos da França consideram o território desse país como quadro de descrição e fornecem o nível linguístico não marcado, mas observa-se igualmente, já desde os anos 60 do século passado, certa abertura a regionalismos provindos da francofonia. Nesse contexto, a lexicografia diferencial francófona pode se limitar a tratar apenas as diferenças de uma dada região em comparação com o francês de referência.

Quanto aos dicionários de língua comum, cabe ainda ver qual é o nível estilisticamente não marcado para circunscrever a língua tanto em termos diastráticos como em termos diafásicos. A esse propósito, os dicionários que pretendem descrever a variante supranacional de um dado idioma, não podem corresponder às necessidades de todos os usuários. De fato, uma norma para obter o nível estilisticamente não marcado se obtém com a observação da classe média urbana instruída; ora, essa não tem o mesmo comportamento linguístico em Montréal, nem em Lausanne ou em Paris para o francês; ou, para o português, em Recife, em Belo Horizonte ou em Lisboa. No entanto, discordâncias flagrantes entre dicionários são raríssimas, pois esses concordam em geral na avaliação de um dado lexema que faz parte do nível estilisticamente marcado, ou não. O problema reside mais na conceptualização dos desvios desse nível não marcado, porque as marcas de uso nem sempre permitem inferir se o desvio é de ordem diafásica ou de ordem diastrática.

Para o francês, a lexicografia diferencial responde em parte a essa problemática, pois a descrição linguística se fundamenta, desde o início, em uma área geograficamente limitada, mas há ainda poucas obras de qualidade dirigidas ao público leigo, sendo que o DQA não foi aceito pelo seu público-alvo.

## Referências

ANÓNIMO. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 2011. [Nova ortografia].

**Base de données lexicographiques panfrancophone**. Disponível em : <<http://www.bdlp.org/>>.

BOULANGER, Jean-Claude. **Dictionnaire québécois d'aujourd'hui**. Montréal: DicoRobert, 1992.

DUDENREDAKTION. **Deutsches Universalwörterbuch**. 6ª edição. Mannheim, Leipzig, Wien, Zürich: Dudenverlag, 2006.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010. CD-ROM.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio: Objetiva, Versão eletrônica, 2009.

REY-DEBOVE, J. & REY, A. **Le nouveau Petit Robert**. Paris: éditions LeRobert. Reeditado anualmente, 2007. CD-ROM.

REZEAU, P. **Dictionnaire des régionalismes de France**. Bruxelles: De Boeck/Duculot, 2001.

ROCHA, R. **Minidicionário da língua portuguesa**. 13ª edição. São Paulo: editora scipione, 2010.

SACCONI, L. A. **Grande Dicionário Sacconi**. São Paulo: editora nova geração, 2010.

THIBAUT, A. & KNECHT, P. : **Dictionnaire suisse romand**. Genève : Zoé, 1997.

**Trésor de la langue française informatisé**. Disponível em: <<http://atilf.atilf.fr/tlf.htm>>.

de VILLERS, Marie-Éva. **Multidictionnaire de la langue française**. Montréal: Éditions Québec Amérique, 2003.